



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

7

SEXTA A SEGUNDA, 24 A 27 :: JUNHO :: 2016

▼ cidades

Estado e MP atuarão em operação para proteger rio São Francisco

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), apoiará uma ação conjunta dos **Ministérios Públicos Estadual (MPE) e Federal (MPF)**, que visa à proteção do rio São Francisco e suas nascentes. A iniciativa deverá contar com a colaboração de vários órgãos públicos federais e estaduais.

O Programa Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) já acontece em estados como Alagoas e

Bahia e recebe o apoio do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, órgão colegiado integrado pelo poder público, sociedade civil e empresas usuárias de água, que objetiva implementar a política de recursos hídricos, estabelecendo as regras de conduta em favor dos usos múltiplos das águas.

Durante reunião na terça-feira, 21, representantes dos órgãos discutiram as articulações institucionais e logísticas necessárias para o Programa. O debate foi sugerido pelo

Ministério Público para delegar atribuições e formalizar o ajustamento das ações que agora acontecerão de forma continuada.

A promotora de Justiça e diretora do Centro de Apoio Operacional - Proteção ao rio São Francisco e Nascentes, Allana Rachel Monteiro, e a procuradora da República em Sergipe, Lívia Tinoco, coordenaram a reunião e abriram espaço para o debate. "A ideia é unir esforços materiais e humanos, comparar os dados a cada operação

para ver as mudanças e depois acompanhar os desdobramentos e as melhorias de cada região fiscalizada", afirmou Allana.

José Maciel Nunes de Oliveira, da diretoria executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, ressaltou que

esta não é uma operação fácil, porque cada órgão está acostumado a trabalhar isoladamente e agora vai se unir por meio de ações ambientais e de fiscalização importantes. "O objetivo é fiscalizar, dentre tantas problemáticas, matadouros e degradação

ambiental na bacia do rio São Francisco. Se não cuidarmos hoje, o que será das gerações futuras? Graças ao FPI já temos conseguido verbas do Governo Federal para melhorias. Queremos a sociedade como aliada", contou Maciel.

► Justiça Federal suspende novas obras no bairro Jabotiana

Está suspensa a emissão de alvarás de construção, ocupação e licenciamento ambiental para novos empreendimentos, além de proibição de edificação de obra não iniciada, ainda que devidamente autorizada, dentre outras medidas judiciais, no bairro Jabotiana (que compreende os conjun-

tos Sol Nascente, JK, Santa Lúcia e a comunidade do Largo da Aparecida). Essa é uma decisão da juíza da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe, Telma Maria Santos Machado, que concedeu liminar, nos autos da Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal contra a União, Estado de Sergipe, Município de Aracaju, Adema,

Deso e Emurb.

O pedido ministerial se sustenta na alegação de que o adensamento desordenado da população local e a ausência de infraestrutura, por insuficiência do sistema de drenagem e de esgotamento sanitário, dão causa a lançamento de resíduos no Rio Poxim e, por conseguinte, a agressão ambiental na área.